

É NECESSÁRIO NEGOCIAR NOVA LEI LABORAL QUE SE ADAPTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

A lei laboral deve ser adaptada às novas tecnologias, mas essa adaptação deve procurar um equilíbrio entre a competitividade das empresas, a proteção dos trabalhadores e os objetivos de sustentabilidade.

As transformações associadas à digitalização, à automação e à inteligência artificial, estão a alterar a organização do trabalho. **Muitas empresas necessitam de implementar novas tecnologias para aumentar a produtividade, enquanto os trabalhadores precisam de garantias de que os seus direitos continuam protegidos.** O Governo tem sido parco em apresentar propostas de revisão da legislação laboral com o objetivo de responder aos desafios da economia digital, incluindo regras claras e específicas para a utilização da inteligência artificial nas relações laborais.

A proposta do Governo, felizmente rejeitada, nada tinha a ver com estes princípios!

Para haver uma melhoria salarial continuada, é necessário criar novos modelos empresariais e tecnológicos sem comprometer a sustentabilidade económica das empresas, exigindo por isso **uma abordagem legal** equilibrada entre **inovação e produtividade** para garantir uma melhor distribuição do valor criado pelos trabalhadores.

O objetivo não é só aumentar salários como - *defendem demagogicamente alguns sindicatos e partidos* - é necessário criar condições nas empresas para que estas e os trabalhadores se desenvolvam e cresçam conjuntamente.

Uma adaptação da legislação torna-se assim necessária e urgente para contribuir para a sustentabilidade das empresas através de medidas como:

- **Incentivo ao teletrabalho e aos modelos híbridos da prestação dos trabalhadores;**
- **Regulamentação da utilização da inteligência artificial, assegurando supervisão das decisões que afetam os trabalhadores;**
- **Formação contínua e da requalificação profissional para acompanhar a evolução tecnológica;**

- **Maior flexibilidade na organização do trabalho**, (redução da duração do tempo de trabalho);

- **Incentivo à inovação e à digitalização dos processos produtivos, tornando as empresas mais competitivas e eficientes.**

No entanto esta modernização também apresenta desafios. **Uma legislação demasiado flexível pode aumentar a precariedade laboral, facilitar despedimentos ou reduzir a estabilidade do emprego.** Por isso, a adaptação deve garantir:

- **Proteção da estabilidade dos trabalhadores;**

- **Transparência da inteligência artificial;**

- **Direito à formação contínua para evitar a exclusão profissional causada pela automação;**

- **Equilíbrio entre a produtividade, bem-estar e conciliação entre a vida profissional e pessoal.**

A adaptação da lei laboral é necessária, mas não apenas para facilitar a adoção de novas tecnologias pelas empresas. O objetivo deve ser criar um **enquadramento jurídico que promova simultaneamente a inovação, a competitividade económica, a sustentabilidade empresarial e ambiental e a proteção dos direitos dos trabalhadores.**

Esse equilíbrio é essencial para que a transformação digital beneficie **tanto as empresas como os trabalhadores**, melhorando o desenvolvimento económico da sociedade.